

PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO

Arquivo pessoal



Atualmente 70 pessoas residem na comunidade

Audiência sobre titulação do Quilombo da Tapera

A Câmara Municipal de Petrópolis realizará, nesta terça-feira (05), às 19h, uma audiência pública com o tema "Titulação do Tapera: Debatendo Terra, Memória e Regularização Fundiária", promovida pela vereadora Júlia Casamasso. A atividade tem como objetivo fortalecer o apoio institucional e popular à titulação das terras do Quilombo da Tapera, localizado no

Vale do Cuiabá, em Itaipava, e ampliar o debate sobre direito à terra, memória e reparação histórica. A audiência é resultado de uma construção coletiva entre o mandato e a comunidade, fruto de um trabalho comprometido com a escuta, a valorização da memória e o enfrentamento das desigualdades raciais e territoriais e garantia de direitos.

O quilombo

Fundada em 1847, ainda nos primeiros anos da cidade, a Comunidade recebeu a doação testamentária feita à lavradora alforriada Sebastiana Augusta da Silva Correia, figura central na formação da comunidade. Desde então, o Tapera resiste — mesmo diante das

tentativas de remoção, de retomada das terras por parte de uma elite, da invisibilização histórica e das tragédias socioambientais que marcaram a região, como o desastre de 2011. A comunidade se reorganizou e buscou o reconhecimento formal como remanescente de quilombo.

Divulgação



Sede da Firjan em Petrópolis

Fortalecimento do setor de Moda em debate

Com foco no fortalecimento do setor de Moda, a Firjan, em parceria com o Sebrae, vai promover o "Giro do Conhecimento – Moda", no dia 13/8, às 10h, na sede da Firjan Serrana, em Petrópolis. O evento vai abordar as tendências do mercado para impulsionar o segmento na região. As inscrições são gratuitas e devem ser feitas no link: [https://](https://forms.office.com/r/YwcDq-dWfM)

forms.office.com/r/YwcDq-dWfM. A proposta é reunir empresários de todos os portes e profissionais que atuam na área e promover uma troca de conhecimento global sobre o setor no estado. Durante o encontro serão apresentados as tendências, consumo e especialista da Casa Firjan vai abordar o cenário e as mudanças de mercado.

Balcão de empregos

A Prefeitura, por meio do Balcão de Empregos, está oferecendo 99 oportunidades de emprego entre segunda-feira (04/08) a sexta-feira (10/08). Os candidatos podem realizar o cadastro de seus currículos no site da Prefeitura (<https://www.petropolis.rj.gov.br>) São 33 oportu-

nidades de primeiro emprego que não exigem experiência, em vagas para: ajudante de depósito, auxiliar de cozinha, balconista de laticínios, balconista, costureira overloquista, cozinheiro, cumim, estagiário, estofador de móveis, entre outras oportunidades.

Vacinação contra o HPV

A Prefeitura vai intensificar a partir desta terça-feira (05) a vacinação contra o HPV em adolescentes com idades de 15 a 19 anos. A ação segue uma recomendação do Ministério da Saúde (MS) que visa corrigir o acúmulo de não vacinados desde 2014, quando a vacina

foi introduzida no Brasil, e proteger uma faixa etária altamente vulnerável a doenças relacionadas ao HPV, como o câncer de colo do útero. A vacina está disponível em 16 salas de vacinação e as equipes de vacinação vão visitar postos de Estratégia de Saúde da Família.

Léo França é multado pelo TCE por falhas em licitação

Tribunal identificou irregularidades graves na contratação

Por Gabriel Rattes

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) multou o vereador e ex-diretor-presidente da Companhia Municipal de Desenvolvimento de Petrópolis (Comdep), Léo França, por irregularidades no edital de licitação para contratação de uma empresa para instalar um sistema de videomonitoramento em pontos de descarte irregular de entulho em vias públicas da cidade. A penalidade foi determinada após o TCE considerar que Léo França autorizou a licitação mesmo diante de falhas graves no Estudo Técnico Preliminar (ETP), etapa obrigatória que justifica e fundamenta a contratação pública.

A Corte também apontou que a planilha de preços usada como base para o orçamento estava mal detalhada e sem variedade suficiente de fontes, o que comprometeu a transparência e a economicidade do processo.

Segundo o tribunal, a contratação feita por meio do Pregão Presencial nº 002/2024 não seguiu normas da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021) e descumpriu requisitos técnicos obrigatórios, como a descrição completa do serviço e a análise de diferentes soluções disponíveis no mercado.

Multado por 'erro grosseiro'

O TCE classificou as falhas como resultado de "erro grosseiro" e determinou a aplicação de multa de 2.000 UFIR-RJ — o que equivale a aproximadamente R\$ 9,5 mil — a Léo França, com base na Lei Complementar nº 63/1990. O valor deverá ser revertido ao Fundo Especial do



Thiago Alvarez/CM

O TCE classificou as falhas como resultado de "erro grosseiro" por parte do ex-presidente.

Tribunal de Contas (FEM/TCE-RJ). Caso o pagamento não seja feito dentro do prazo, o débito poderá ser cobrado judicialmente e inscrito na dívida ativa estadual.

Além do parlamentar, também foram multados Adilson Souto da Paz, presidente da Comissão de Licitação, e Anderson Frago, gerente de compras da Comdep à época. Ambos foram responsabilizados por falhas técnicas e por não garantirem os requisitos legais mínimos no processo de contratação.

Justificativas não convenceram

Em sua defesa no processo administrativo, Léo França afirmou que apenas deu continuidade a um processo que já estava em andamento, confiando na equipe técnica da companhia. Alegou também que não houve má-fé e que a licitação foi suspensa antes da contratação efetiva.

Apesar disso, o TCE enten-

deu que cabia a ele, como gestor máximo da Comdep naquele momento, verificar a legalidade dos atos praticados. O tribunal reforçou que a responsabilidade administrativa não depende de dolo (intenção de errar), mas sim da existência de negligência ou omissão na condução do cargo.

Contratação suspensa

O edital de licitação foi suspenso preventivamente por decisão do próprio TCE ainda em abril, após denúncia de irregularidades feitas por um órgão interno do governo estadual. A Corte determinou à nova presidência da Comdep que o edital seja anulado e que futuros processos sigam rigorosamente as exigências da nova legislação, como maior transparência nas cotações e uso preferencial do pregão eletrônico.

O que diz Léo França

Procurado pela reportagem, Léo França disse que, até

o momento, não foi oficialmente notificado sobre a decisão do Tribunal de Contas do Estado. "Reforça, ainda, que o processo licitatório em questão não foi concluído, estando suspenso conforme determinação do próprio TCE. Assim que houver notificação formal, serão adotadas todas as medidas legais cabíveis", disse.

O que diz a atual gestão

A Prefeitura de Petrópolis, por meio da Comdep, informou que não deu continuidade ao certame, do ano de 2024, e que não será realizado um novo processo com o mesmo objeto. "Os futuros certames seguirão as exigências contidas na Lei 13.303/2016, que rege o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios", afirmou em nota.

Petrópolis é a 9ª cidade com mais crimes de violência doméstica

Divulgação/PMI

Por Leandra Lima

Petrópolis é a 9ª cidade do Estado do Rio de Janeiro com maior número de casos de violência doméstica e familiar contra mulheres. Isso é o que apontam os dados do Dossiê Mulher, registrando 2.848 vítimas dessa tipificação, em 2023. A porcentagem só aumenta durante os anos, somente em 2024, a Polícia Militar recebeu mais de 14 mil chamadas. Foram registrados no mesmo ano, no período de janeiro a outubro, cerca de 109 casos de estupro na região. Além desses dados, o Centro de Referência em Atendimento à Mulher (Cram) do município, contabilizou 1.785 atendimentos presenciais às vítimas de violência, em 2025, até o mês de abril, já se somam 368.

Conforme os dados do Cram, durante o período mencionado, os episódios aconteceram com maior incidência entre mulheres brancas, seguidas por pardas e pretas, com idades entre 22 a 60, de maioria heterossexual, desmembradas e devotas as religiões evangélica e católica. As tipificações das violências mais recebidas foram: Física; Moral; Patrimonial e Psicológica. A violência sexual teve a menor porcentagem.

Diante do cenário, a Defensoria Pública do Rio de Janeiro, agiu na última sexta-feira (1º), uma Ação Civil em caráter de urgência, cobrando o Estado medidas que assegurem a instalação, em até 180 dias, da primeira Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) em Petrópolis. Segundo a DP, o documento vai



Em 2024, a Polícia Militar recebeu mais de 14 mil chamadas

tramitar na 4ª Vara Cível de Petrópolis, e requer que, em até 30 dias, o governo estadual apresente um plano detalhado para abertura da DEAM, que deve conter a definição do imóvel, estampas de adaptação e o quadro dos profissionais que vão implementar.

A medida foi assinada pela coordenadora do Núcleo Especial de Defesa dos Direitos da Mulher e de Vítimas de Violência de Género (Nudem), a Defensora Thais dos Santos Lima, e pelo Defensor responsável pelo 8º Núcleo Regional de Tutela Coletiva (NRTC), Lucas Aparecido Alves Nunes, que especificaram que a unidade deve permanecer aberta 24 horas por dia, 7 dias por semana, ou seja até nos finais de semana.

"Na Defensoria Pública, nós não só atendemos individualmente cada mulher vítima de violência, seja para o acompanhamento das medidas protetivas, para as ações de guarda, divórcio, alimentos, porque aquela relação violen-

ta muitas vezes se dá no contexto de que o agressor é o companheiro ou ex-companheiro. Atuamos também no âmbito coletivo, na defesa de políticas públicas, que protejam todas essas mulheres. E foi nesse contexto que entramos com a ação civil para obrigar o Estado a construir uma DEAM à cidade de Petrópolis", expressou a defensora Thais.

A Defensora ressaltou que o Rio de Janeiro precisa ampliar a rede de delegacias da mulher. "São apenas 14 especializadas, é o estado com o menor número DEAMS em toda a região sudeste, perdendo para São Paulo, Minas, Espírito Santo. No cenário nacional, o Rio tem a terceira maior população do país. E está em décimo primeiro, no ranking de números unidades para mulheres. Então, essa ação civil pública é uma ação amparada na lei, em dados, em números, e é uma política que busca a implementação de uma unidade extremamente

importante e urgente para todas as mulheres", disse.

Movimentações para a implementação

Anterior a Defensoria, representantes femininas de diversos setores de Petrópolis, vinham buscando e ressaltando a importância de equipamentos que atuem de forma efetiva no combate e no acolhimento dessas mulheres, para que o ciclo da violência seja rompido. Por exemplo às articulações, da Comissão da OAB Mulher da 3ª Subseção da OAB/RJ - Petrópolis/São José do Vale do Rio Preto, que lançou um abaixo assinado para cobrar ações efetivas do Governo Estadual e Municipal, indagando a necessidade, frente ao alto índice de crimes cometidos contra mulheres na cidade, em particular no contexto de violência doméstica e familiar.

Frente ao cenário exposto, que já registrou nesses seis meses do ano, casos preocupantes, como: 1 feminicídio, 2 tentativas de feminicídio, 2 homicídios dolosos, 5 casos de difamação, 27 de violação de domicílio e 1 de constrangimento ilegal contra as mulheres que residem em Petrópolis, outro ponto levantado no debate de proteção a esses corpos é o fim da Secretaria da Mulher.

Apesar da preocupação, a Prefeitura de Petrópolis disse que a reforma administrativa suprimiu cargos vagos da Secretaria de Direitos e Políticas das Mulheres, alegando que a medida não implica no funcionamento da secretaria.